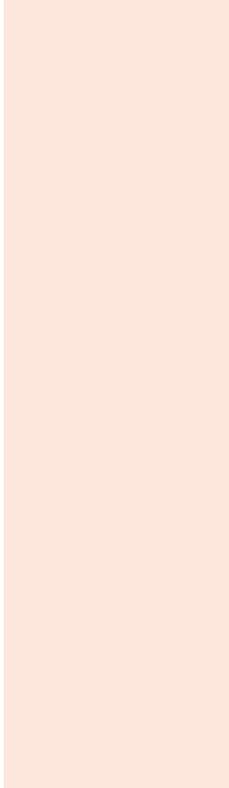


Dimensão institucional

Quadro institucional





Dimensão institucional

54 Ratificação de acordos globais

Expressa o envolvimento do País com a implementação de acordos firmados pela comunidade internacional, através dos órgãos de governança global.

Descrição

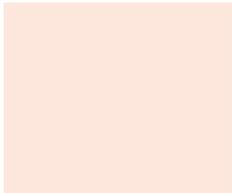
Este indicador é expresso pelo número de acordos internacionais, relativos à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, que foram ratificados pelo governo brasileiro.

A fonte utilizada é o Ministério das Relações Exteriores, a partir de informações disponíveis no endereço: <http://www2.mre.gov.br/dai/meamb.htm>.

Justificativa

A ratificação de acordos globais guarda estreita relação com as intenções dos governos em implementar efetivamente o desenvolvimento sustentável.

Os acordos representam um consenso mundial cuja intenção é dar uma resposta a problemas ambientais na escala global, que merecem interferência e atuação específica dos países no sentido de pautar a sustentabilidade necessária e o alcance do desenvolvimento. Atualmente, o número de acordos interna-



cionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável se situa em aproximadamente uma centena.

Comentários

Os acordos mundiais ratificados são indicadores que apresentam algumas limitações, pois a ratificação não significa de todo a sua aplicação. Por outro lado, há acordos que não foram ratificados pela inexistência do problema ou da prioridade em tratá-lo em determinado país.

Além dos acordos globais apresentados neste indicador, o País firmou uma série de acordos bilaterais sobre meio ambiente que podem ser consultados na página do Ministério das Relações Exteriores, na Internet, no endereço: <http://www.mre.gov.br>.

Indicadores relacionados

- 01 - Consumo industrial de substâncias destruidoras da camada de ozônio
- 02 - Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas
- 06 - Queimadas e incêndios florestais
- 07 - Desflorestamento na Amazônia Legal
- 08 - Área remanescente e desflorestamento na Mata Atlântica e nas formações vegetais litorâneas
- 14 - Espécies extintas e ameaçadas de extinção
- 15 - Áreas protegidas
- 48 - Participação de fontes renováveis na oferta de energia
- 53 - Rejeitos radioativos: geração e armazenamento
- 56 - Gastos com pesquisa e desenvolvimento
- 57 - Gasto público com proteção ao meio ambiente

Quadro 5 - Atos multilaterais promulgados pelo Brasil no campo do meio ambiente - 1940/2003

| Título | Data de assinatura | Promulgação | |
|--|--------------------|----------------|------------|
| | | Decreto número | Data |
| Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América | 12.10.1940 | 58.054 | 23.03.1966 |
| Convenção Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico | 14.05.1966 | 65.026 | 20.08.1969 |
| Convenção Relativa às Zonas Úmidas de Importância Internacional, Particularmente como Hábitats das Aves Aquáticas | 02.02.1971 | 1.905 | 16.05.1996 |
| Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e outros Materiais. (LONDON CON-VENTION) (LC-72) | 29.12.1972 | 87.566 | 16.09.1982 |
| Convenção para o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção | 03.03.1973 | 76.623 | 17.11.1975 |
| Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, 1973 (MARPOL) | 02.11.1973 | 2.508 | 04.03.1998 |
| Protocolo de 1978 Relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, 1973. (MARPOL ou MARPOL 73.78) | 17.02.1978 | 2.508 | 04.03.1998 |
| Emenda ao Artigo XI da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção | 22.06.1979 | 133 | 24.05.1991 |
| Protocolo de Emendas à Convenção Relativa às Zonas Úmidas de Importância Internacional, Particularmente como Hábitats das Aves Aquáticas | 03.12.1982 | 1.905 | 16.05.1996 |
| Emenda ao Artigo XXI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Extinção | 20.04.1983 | 92.446 | 07.03.1986 |
| Protocolo Adicional à Convenção Internacional para Conservação do Atum e afins do Atlântico – CICA | 10.07.1984 | 97.612 | 04.04.1989 |
| Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio | 22.05.1985 | 99.280 | 06.06.1990 |
| Protocolo sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio | 16.09.1987 | 99.281 | 06.06.1990 |
| Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito | 22.03.1989 | 875 | 19.07.1993 |
| Ajuste ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio | 20.06.1990 | 181 | 24.07.1991 |
| Emenda ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio | 29.06.1990 | 2.699 | 30.07.1998 |
| Convenção Internacional para Prevenção, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo (OPRC-90) | 30.11.1990 | 2.870 | 10.12.1998 |
| Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima | 09.05.1992 | 2.652 | 01.07.1998 |
| Acordo Constitutivo do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (Ata de Montevideu) | 13.05.1992 | 2.544 | 13.04.1998 |
| Convenção sobre Diversidade Biológica (Rio-92) | 05.06.1992 | 2.519 | 16.03.1998 |
| Acordo de Alcance Parcial de Cooperação e Intercâmbio de Bens Utilizados na Defesa e Proteção do Meio Ambiente | 27.06.1992 | 652 | 15.09.1992 |
| Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio | 25.11.1992 | 2.679 | 17.07.1998 |
| Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca e/ou Desertificação Principalmente na África | 15.10.1994 | 2.741 | 20.08.1998 |
| Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas | 01.12.1996 | 3.842 | 13.06.2001 |
| Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática | 27.02.1997 | | |
| Emenda ao Anexo I e Adoção dos Anexos VII e IX à Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito | 27.02.1998 | 4.581 | 27.01.2003 |

Fonte: Atos multilaterais assinados pelo Brasil no campo do meio ambiente 1940/2003. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/meamb.htm>>. Acesso em: abr. 2004.

55 Existência de Conselhos Municipais

Este indicador expressa a existência de Conselhos Municipais ativos.

Descrição

O indicador foi construído com base na proporção dos municípios que possuem Conselhos Municipais ativos em relação ao número total de Municípios da Unidade da Federação. Foram considerados ativos os Conselhos que realizaram reunião pelo menos uma vez em 2001. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2001 investigou em todos os municípios brasileiros a existência de Conselhos Municipais em 13 áreas ou setores de governo, a saber: Saúde, Educação, Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Emprego/Trabalho, Turismo, Cultura, Habitação, Meio Ambiente, Transporte, Política Urbana, Promoção do Desenvolvimento Econômico e Orçamento.

Os Conselhos foram agrupados segundo as dimensões: social, econômica e ambiental, sendo considerada em cada Unidade da Federação a proporção de municípios que possuem pelo menos um Conselho ativo em cada uma das dimensões. Para a dimensão social criou-se duas categorias, a de vinculados, onde o repasse de verbas federais pressupõe a existência de Conselho; e a de não-vinculados, onde a existência do Conselho não está necessariamente ligada a repasse de recursos. A existência de Conselhos, neste último caso, poderia estar expressando uma mobilização relativamente maior da sociedade por participação na vida institucional dos municípios.

O agrupamento dos Conselhos segundo as dimensões foi o seguinte:

- Dimensão social vinculados: Saúde, Assistência Social, Educação, Direitos da Criança e do Adolescente;
- Dimensão social não-vinculados: Cultura, Habitação, Política Urbana, Transporte, Orçamento, Emprego/Trabalho;
- Dimensão econômica: Turismo e Promoção do Desenvolvimento Econômico; e
- Dimensão ambiental: Meio Ambiente.

As informações utilizadas para a construção deste indicador são produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a partir de informações oriundas da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC.

Justificativa

A partir dos anos 1990, o conhecimento sobre o desenvolvimento e as práticas de projetos de desenvolvimento local passam por profunda transformação: o universalismo do desenvolvimento é seriamente questionado; é desafiada a imposição de realidades tão diversas (principalmente dos países desenvolvidos) de normas e técnicas uniformes e universalizantes definidas

sobretudo nos grandes centros do primeiro mundo, fracassando também os esforços teóricos de legitimar o desenvolvimento econômico independentemente de suas dimensões social e cultural.

Surgem, nesse contexto, novos temas na agenda oficial de cooperação multilateral: temas como a descentralização, a governança local, a participação, a emergência da sociedade civil e, mais recentemente, o capital social, integram o conjunto de novos projetos do sistema de cooperação para o desenvolvimento. Todos tendem a destacar a diversidade e a particularidade dos contextos locais, reconhecendo a evidência de que cada contexto tem a sua necessidade própria e demanda, assim, respostas particulares diferentes em termos de políticas públicas e projetos de desenvolvimento local.

Segundo Ulisses Franz Bremer, o desenvolvimento urbano sustentável das cidades brasileiras existentes e as formas de integração da sustentabilidade na gestão de um município apontam a necessidade do poder local para assegurar a sustentabilidade, sendo necessário também modificar princípios de gestão até então adotados e de fazer uso de mecanismos de (re)ordenação espacial.

O desenvolvimento da participação comunitária na gestão pública na forma de Conselhos é expressão dessa nova forma de articulação da sociedade civil, constituindo-se em importante mecanismo de consulta e exercício da participação popular, sendo sua institucionalização uma forma de capacitação para a gestão local. A existência de Conselhos Municipais ativos revela o nível de organização municipal no que se refere à democratização da gestão de políticas públicas.

Comentários

No Brasil, os órgãos colegiados que ensejam a participação popular na gestão de políticas públicas – os Conselhos – têm conhecido uma expansão numérica desde a década de 1990 em todas as esferas de governo, particularmente na municipal.

Os Conselhos da Dimensão Ambiental apresentam maiores valores proporcionais nas Unidades da Federação da Região Norte, enquanto no Nordeste os estados exibem, em geral, menores percentuais.

Os estados do Sul se destacam pelos maiores percentuais de municípios com Conselhos ativos da Dimensão Econômica, situação oposta à de estados das Regiões Nordeste e Norte.

Os Conselhos da Dimensão Social apresentam diferença nítida entre os vinculados e os não-vinculados. Enquanto para os primeiros, todas as Unidades da Federação mostram percentuais próximos a 100%, para os não-vinculados existe uma grande variação. Os estados do Sul apresentam elevados percentuais, a exemplo do Paraná e de Santa Catarina (acima de 80%). Por outro lado, alguns estados do Nordeste exibem baixos percentuais, como o Piauí, onde apenas 4,95% dos municípios têm pelo menos um Conselho ativo nesta categoria.

É importante ressaltar que o fato do Conselho ter se reunido durante o ano da pesquisa não significa que sua participação seja efetiva na gestão

municipal. A presença de um Conselho ativo, porém, mostra se existe alguma forma de participação comunitária.

Indicadores relacionados

- 18 - Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico
- 20 - Acesso a sistema de abastecimento de água
- 21 - Acesso a esgotamento sanitário
- 26 - Taxa de desocupação
- 34 - Oferta de serviços básicos de saúde
- 35 - Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado
- 36 - Taxa de escolarização
- 37 - Taxa de alfabetização
- 39 - Adequação de moradia
- 57 - Gasto público com proteção ao meio ambiente



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

| Tabela 126 - Número total e proporção de municípios com pelo menos um conselho ativo, por dimensão da sustentabilidade, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001 | | | | | | |
|--|---------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Grandes Regiões e Unidades da Federação | Total de municípios | Proporção de municípios com pelo menos um conselho ativo (%) | | | | |
| | | Dimensão da sustentabilidade | | | | |
| | | Ambiental | Econômica | Social | | |
| Total | Não-vinculados | | | Vinculados | | |
| Brasil | 5 560 | 22,3 | 28,1 | 99,2 | 42,0 | 99,1 |
| Norte | 449 | 15,6 | 26,7 | 99,6 | 18,3 | 99,6 |
| Rondônia | 52 | 11,5 | 23,1 | 100,0 | 26,9 | 100,0 |
| Acre | 22 | 31,8 | 9,1 | 100,0 | 22,7 | 100,0 |
| Amazonas | 62 | 19,4 | 24,2 | 98,4 | 38,7 | 98,4 |
| Roraima | 15 | 53,3 | 46,7 | 100,0 | 13,3 | 100,0 |
| Pará | 143 | 15,4 | 33,6 | 99,3 | 13,3 | 99,3 |
| Amapá | 16 | 37,5 | 12,5 | 100,0 | 25,0 | 100,0 |
| Tocantins | 139 | 6,5 | 24,5 | 100,0 | 10,1 | 100,0 |
| Nordeste | 1 792 | 10,7 | 18,8 | 98,8 | 25,3 | 98,6 |
| Maranhão | 217 | 7,8 | 14,3 | 98,2 | 41,5 | 98,2 |
| Piauí | 222 | 4,1 | 11,3 | 97,8 | 5,0 | 97,8 |
| Ceará | 184 | 12,0 | 25,0 | 100,0 | 47,8 | 100,0 |
| Rio Grande do Norte | 167 | 4,8 | 23,4 | 97,6 | 16,2 | 97,6 |
| Paraíba | 223 | 5,8 | 25,1 | 98,7 | 10,8 | 98,7 |
| Pernambuco | 185 | 16,2 | 23,2 | 98,9 | 38,9 | 98,4 |
| Alagoas | 102 | 11,8 | 14,7 | 98,0 | 33,3 | 98,0 |
| Sergipe | 75 | 12,0 | 18,7 | 100,0 | 42,7 | 97,3 |
| Bahia | 417 | 17,3 | 16,3 | 99,8 | 18,0 | 99,5 |
| Sudeste | 1 668 | 29,3 | 28,8 | 99,3 | 43,2 | 99,2 |
| Minas Gerais | 853 | 36,9 | 25,2 | 98,9 | 47,6 | 98,7 |
| Espírito Santo | 78 | 32,1 | 29,5 | 100,0 | 29,5 | 100,0 |
| Rio de Janeiro | 92 | 35,9 | 35,9 | 100,0 | 58,7 | 100,0 |
| São Paulo | 645 | 18,0 | 32,6 | 99,7 | 36,9 | 99,7 |
| Sul | 1 188 | 31,0 | 42,8 | 99,9 | 75,9 | 99,9 |
| Paraná | 399 | 23,3 | 30,8 | 100,0 | 85,2 | 100,0 |
| Santa Catarina | 293 | 36,5 | 59,0 | 99,7 | 83,6 | 99,7 |
| Rio Grande do Sul | 496 | 33,9 | 42,7 | 100,0 | 63,9 | 100,0 |
| Centro-Oeste | 463 | 25,5 | 24,6 | 98,5 | 37,8 | 98,1 |
| Mato Grosso do Sul | 77 | 22,1 | 49,4 | 100,0 | 29,9 | 100,0 |
| Mato Grosso | 139 | 20,1 | 29,5 | 95,7 | 63,3 | 94,2 |
| Goiás | 246 | 29,3 | 13,8 | 99,6 | 25,6 | 99,6 |
| Distrito Federal | 1 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

Mapa 42 - Conselhos municipais da dimensão ambiental - 2001



Mapa 43 - Conselhos municipais da dimensão econômica - 2001

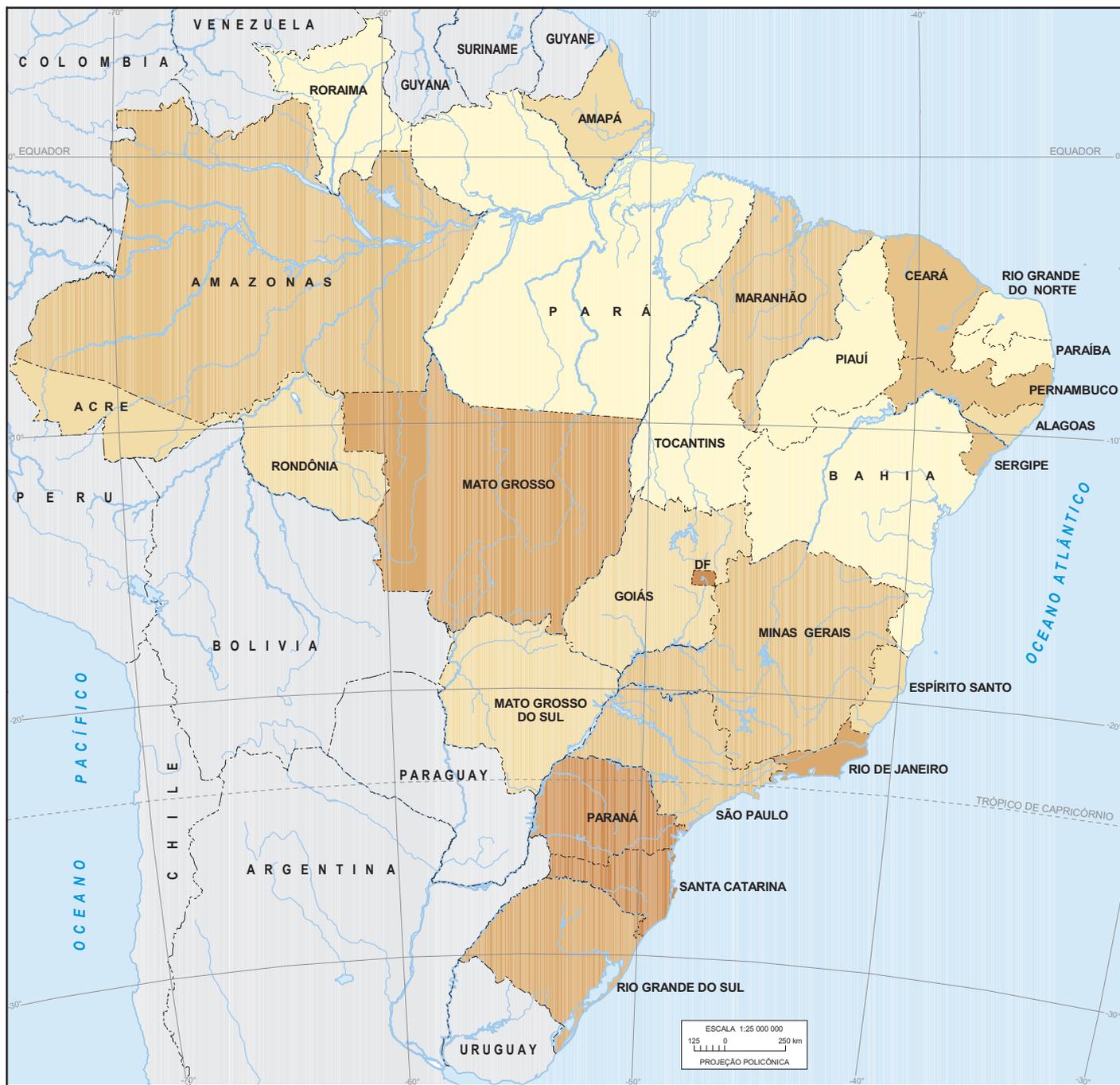


Proporção de municípios na UF que têm pelo menos um dos conselhos ativos relacionados a dimensão econômica

- 9,09 a 18,67
- 18,68 a 25,21
- 25,22 a 35,87
- 35,88 a 59,04
- 59,05 a 100,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

Mapa 44 - Conselhos municipais da dimensão social - 2001



Proporção de municípios na UF que têm pelo menos um dos conselhos ativos relacionados a dimensão social (não vinculados)

| | |
|-----------------|----------------|
| Lightest Yellow | 4,95 a 17,98 |
| Light Orange | 17,99 a 33,32 |
| Orange | 33,33 a 47,82 |
| Dark Orange | 47,83 a 63,90 |
| Darkest Orange | 63,91 a 100,00 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.